

Transição energética num país em revolta: “respostas” às alterações climáticas

‘Bandaids’ climáticas são proposta do capitalismo verde. Emergência da crise climática exige alternativas sustentáveis.

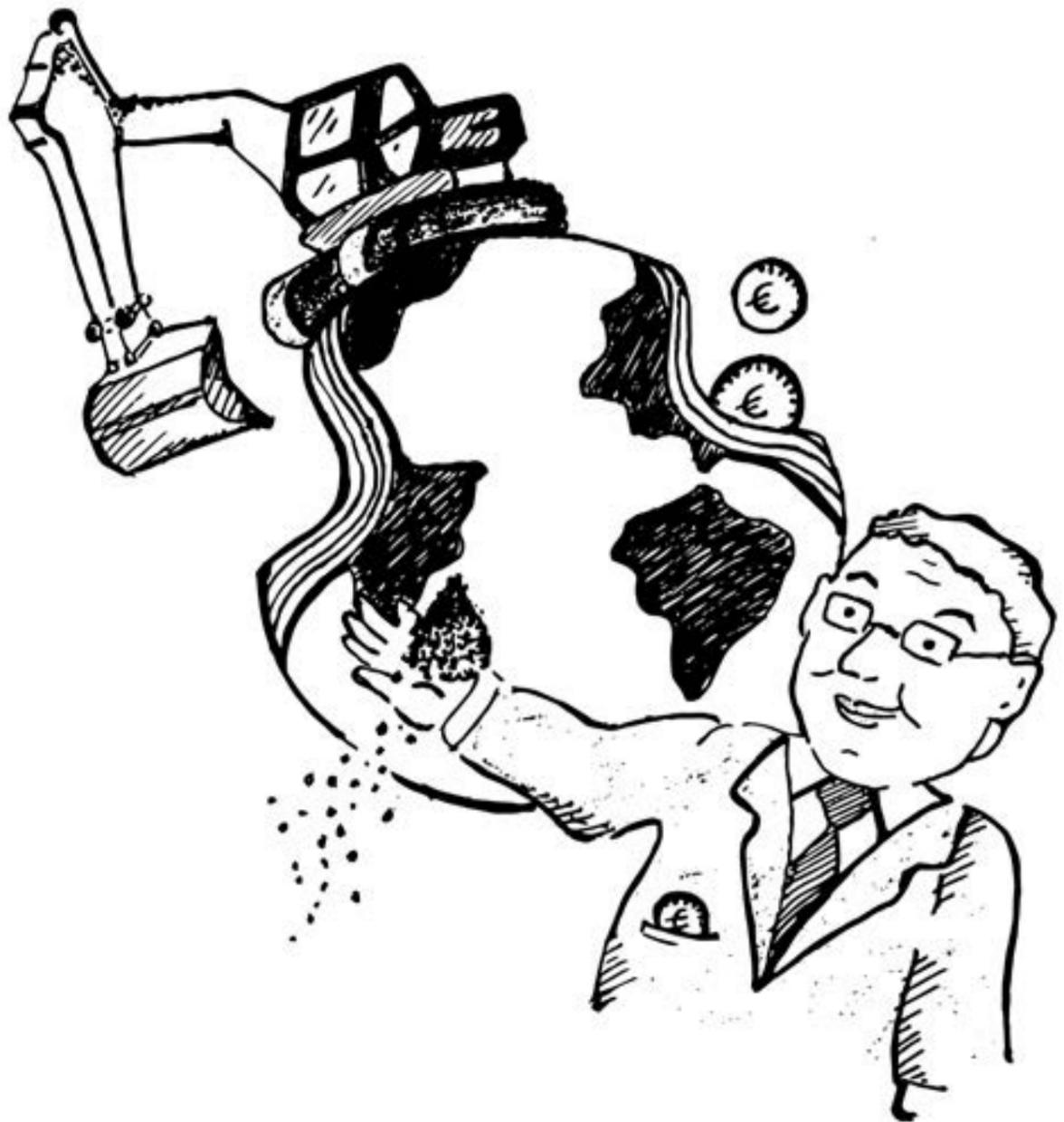
- POR BRUNA FONTAINE E IRIS JESUS -

“O bviamente, apresentei a demissão” foi a frase que marcou o dia 7 de novembro. Estas palavras, proferidas pelo primeiro-ministro português, António Costa, no momento da sua demissão, abalaram Portugal. O caso que chocou o país começou com a identificação de irregularidades num contrato de concessão de exploração de lítio. Restam esclarecimentos sobre uma questão que preocupa a esfera pública e está aliada a uma crise climática. A polémica em torno deste tema não é novidade, no entanto, até à data, as únicas preocupações face à polémica eram ambientais.

António Carvalho, professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), desmistifica o conjunto de problemáticas que envolvem o tema. “Em Portugal, a mineração de lítio é encarada como sendo uma resposta para a crise climática.” Quanto à situação política atual, o sociólogo realça o paralelismo entre os acontecimentos políticos vigentes e o modo de exploração de energias que os gerou: “é vendido um discurso para levar a cabo atropelos ambientais, em que as populações veem os seus territórios invadidos por empresas multinacionais”, desvalorizando-se o direito à terra.

Portugal participa em alguns projetos de mitigação dos efeitos das alterações climáticas, entre os quais se destaca o Acordo de Paris, que obriga o país a corresponder a “um plano de desempenho que compromete os portugueses”, notifica a cátedra da UNESCO para a Biodiversidade, Helena Freitas. Em contrapartida, António Carvalho defende que “ao nível da Europa, tem-se tentado construir uma identidade verde, em oposição à imagem dos combustíveis fósseis”.

A questão comporta outras perspetivas, como a de Ivan Barbeira, ativista climático, uma voz da resposta social à problemática ambiental. “O capitalismo é o alicerce da energia fóssil, logo, para combater as alterações climáticas, é necessário alterar esse sistema”, evidencia. No que diz respeito às três principais apostas em alternativas energéticas, o gás natural, as energias renováveis e o hidrogénio, o jovem considera que estas correspondem a um falso passo em direção à transição necessária. Nas suas palavras, em Portugal, esta mudança “pode estar



Por Maria Silvia

a acontecer no papel, mas na prática não está”.

A política portuguesa tem previsto incentivos que visam “reduzir cerca de metade das emissões de carbono até 2030 e descarbonizar totalmente a economia portuguesa até 2050”, atesta Helena Freitas. Em relação a estes compromissos, António Carvalho acredita que “o parque ecológico europeu gera um discurso de preocupação com a dimensão das emissões de gases de efeito de estufa, que potencia a emergência de respostas, como ‘bandaids’ climáticas.”

‘Bandaids’ climáticas é um termo utilizado para definir tecnologias desenvolvidas e apresentadas como solução às alterações no clima que, na realidade, comportam grandes custos para a natureza e sociedade. Segundo o professor da FEUC, estas “ignoram as dimensões

sociais, políticas, culturais, geopolíticas e económicas que estão associadas à emergência da crise climática”. Contudo, mantêm-se “bandeiras essenciais” nas políticas ecológicas europeias, finaliza.

Em relação à questão das possíveis soluções apresentadas, Helena Freitas refere a exploração de mão-de-obra infantil como um grande flagelo na extração destes recursos. Indica também os custos ambientais adjacentes à sua extração, que “vão ter alguns efeitos a curto prazo, porque se estão a extrair de forma obsessiva, esmagadora e muito rápida.” Admite ainda que a ciência continua “muito condicionada pelo setor privado e pelas corporações”, dado que “há muita pressão por parte de setores que têm o objetivo claro do proveito”.

No entanto, a docente acredita que, de mo-

mento, não existem soluções mais viáveis, afirmando que “estas são as opções atuais que a ciência e a tecnologia disponibilizam”. Neste sentido, defende que “a esperança é que se tenha soluções rápidas que não conduzam a esta exploração de recursos.” O professor da FEUC apresentou uma resposta contrastante à mesma questão, pontuando que “a alternativa é a alteração dos sistemas socioeconómicos, assim como dar às pessoas a capacidade de definir a organização das suas comunidades, cidades e do seu trabalho”.

Nas palavras da cátedra da UNESCO, a resposta à crise climática promove-se através da adoção de “energia mais renovável, de forma muito mais eficiente”. Acrescenta que a sustentabilidade é um processo que engloba todas as áreas da sociedade, começando na arquitetura, passando pelo setor agrícola, com realce na ação individual. Helena Freitas apela à participação atenta dos cidadãos para ir ao encontro dos benefícios abrangidos pela democracia.

Perante esta opinião, Ivan Barbeira debate que, quanto ao papel da responsabilização individual, “é necessário perceber que se fala de justiça climática: o problema é uma questão ética, política, económica, que tem de ser resolvida”. Sublinha que “o tempo gasto a discutir esta questão, poderia ser gasto noutras iniciativas de ação coletiva, que poderiam ter mais impacto e já podiam ter sido feitas”. So-

bre a mesma questão, António Carvalho afirma que “o discurso da educação e da consciencialização está muito associado a um aspeto político e social chamado ambientalismo neoliberal, assim como à delegação das responsabilidades para os indivíduos”, pilar do “capitalismo verde”.

No que diz respeito à reivindicação social de ação climática, António Carvalho acredita que o discurso que é reproduzido em manifestações de grande dimensão, concentradas nas capitais, é uma reclamação “hegemónica”, focada no contexto europeu. Tais movimentações caracterizam-se por apostar na defesa da “redução radical das emissões de CO2”, ou seja, numa perspetiva reconhecida, na área de investigação, como “reducionismo carbónico”.

O professor da FEUC acrescenta que, no contexto português, os problemas ambientais são muito mais impactantes nas áreas rurais, onde se inserem “infraestruturas verdes ou projetos de mineração”. Isto verifica-se no Cercal do Alentejo ou em Covas do Barroso, onde se registaram movimentações contra “a questão do lítio, ou infraestruturas de energia renovável cuja implementação tem um impacto na biodiversidade e nas comunidades”. Nesse sentido,

Ivan Barbeira acredita que, dentro do panorama português, a consciência das alterações climáticas é “um problema sistémico que ainda não está generalizado no seio social”.

As questões que envolvem Portugal e as alterações climáticas continuam a ser abordadas tanto na academia, como na sociedade, pois carregam grande carga política e económica e mantêm uma relação com as pessoas e o meio onde vivem. Desta forma, António Carvalho realça que é “importante valorizar a capacidade comunitária para reinventar o sistema social como alternativa à economia dominante, com uma perspetiva ambiental e com base na solidariedade.” O docente acredita que assim será possível criar alternativas para travar o colapso ambiental. O papel das universidades na literacia sobre o assunto é também privilegiado pela professora universitária, sublinhando que “podem coletivamente ser muito mais capazes de trabalhar esses domínios com novas disciplinas”. É no entrelaçar destas ideias que testemunhamos a dissolução do Governo, a discussão no meio académico e o povo nas ruas.